

Convênio: Ministério da Saúde/Fundep – Universidade Federal de Minas Gerais
Programa VIVA LEGAL/TV FUTURA

Tema: Saúde mental – mudança no tratamento faz toda a diferença

SAÚDE MENTAL - DESOSPITALIZAÇÃO

Em nossa sociedade, durante muito tempo os doentes mentais foram considerados *alienados*, pessoas incapazes de entender e de exercer seus direitos, não raramente identificadas como perigosas, verdadeiras ameaças aos indivíduos ditos *normais*. No entanto, o doente mental é uma figura muito comum em nossas comunidades, e às vezes ele pertence a um círculo social bastante próximo, às vezes fazendo parte de nossas próprias famílias — daí a importância de cada vez mais abordarmos o tema com franqueza, objetividade e, principalmente, solidariedade. E para que nossa abordagem seja tanto mais importante e esclarecedora, ela deve vir acompanhada de informações relevantes sobre o que chamamos *doença mental*.

Existem 129 *transtornos mentais* listados na classificação internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS) — entre eles, os principais são o *alcoolismo*, os *transtornos bipolares*, a *esquizofrenia* e a *depressão*. Só entre os casos de depressão, estima-se que todos os anos surgem 2 milhões de novos *deprimidos clínicos* no mundo, o que significa dizer que não se sabe quantos outros doentes deixam de ser computados nas estatísticas por não procurarem qualquer tipo de atendimento médico (e, por isso, não fazerem parte do número de deprimidos registrados oficialmente).

De acordo com a OMS, em 1998 os distúrbios mentais representaram 11% do total de doenças registradas no mundo. Quatro entre dez dos principais males que afetam a população de 15 a 44 anos estão associados a distúrbios mentais. Neste grupo, as mulheres são as mais atingidas pelas doenças, embora não exista uma explicação definitiva para o fato.

Até bem pouco tempo atrás — e em alguns lugares até os dias atuais — o doente mental era encarado como um problema, e tanto sua família quanto os profissionais de saúde que lidavam com ele não titubeavam em interná-lo, isolando-o em manicômios, locais totalmente à parte das comunidades e às vezes de difícil acesso, para, lá, ser realizado o tratamento. Mesmo hoje, muitas famílias abandonam o doente em hospitais, até por não saberem lidar com ele, ou porque não têm com quem deixá-lo durante as horas de trabalho.

Seja como for, a retirada do doente mental do convívio com a família denota intolerância para com os diferentes e revela que a sociedade exclui as pessoas cujo comportamento aponta para a evidência de que esta sociedade não é tão perfeita quanto se quer acreditar.

A exclusão dos diferentes não é algo “natural” nas sociedades, mas produzida histórica e socialmente, como acontece em tantas outras relações de poder. A visão do ser humano em relação aos chamados *loucos* tem variado nas épocas e nas culturas. Na Grécia antiga, por exemplo, eles eram considerados pessoas com poderes divinos, enquanto que na Idade Média foram associados aos demônios. Muito mais tarde é que se chegou à conclusão de que a doença podia e devia ser tratada. Ainda assim, o tratamento consistia na internação dos doentes em asilos, onde eles eram submetidos às maiores barbaridades. Por este motivo, o termo *manicômio* é comumente utilizado como metáfora da violência que existe em todas as relações de desigualdade e exclusão.

Entretanto, os doentes mentais não são *piores* que as outras pessoas, e não se pode dar a eles um tratamento desumano. Uma vez que hoje temos essa consciência, devemos nos engajar nas muitas lutas travadas em todo o mundo para ajudar a mudar esse estado de coisas, mudança esta que, felizmente, já começou.

O que está em discussão

Hoje, nos países desenvolvidos, quando há necessidade, a tendência é internar o doente psiquiátrico em hospitais gerais, e não em asilos ou clínicas especializadas. As modernas medicações ajudam a controlar as crises e os surtos, e os médicos procuram manter os doentes internados o menor tempo possível, evitando a redução do paciente à categoria de “louco”.

Também no Brasil o modo de encarar a doença mental está mudando. Seguindo uma recomendação da OMS, ganha força a proposta da extinção dos manicômios num prazo de dez anos. Em algumas cidades há experiências revolucionárias quanto à forma de se tratar a doença mental, mas elas ainda são iniciativas de instituições e de pessoas isoladas, como a Dra. Nise da Silveira, que se preocupou em dar um tratamento mais humano e atencioso para as pessoas com essa doença. A Dra. Nise utilizou a arte como terapia e revelou artistas atualmente consagrados. Em 1946, fundou o Museu das Imagens do Inconsciente — hoje o museu leva o seu nome.

Dentro dessa nova mentalidade, só se recorre à internação em último caso. Os serviços de saúde em algumas cidades possuem ambulatórios especializados e pronto socorro psiquiátrico, bem como centros de convivência, onde diversas atividades são desenvolvidas com os doentes mentais e com suas famílias. Como de modo geral o doente mental permanece em casa, os profissionais de saúde realizam a *visita domiciliar* para o acompanhamento do paciente. Nestas visitas, verificam se ele está tomando corretamente a medicação, informam-se sobre como é (ou como vai) sua relação com os familiares, bem como analisam o nível de comprometimento dos familiares no tratamento do doente.

O vídeo menciona e apresenta alguns exemplos de instituições em cidades brasileiras onde um ou vários desses serviços estão disponíveis, entre eles o Pinel, na cidade do Rio de Janeiro, a Usina dos Sonhos, em Volta Redonda, além de outros, como os de Ouro Preto, Santos e São Paulo. Hoje muitos municípios contam com os serviços do Centro de Atenção Psicossocial — CAP, que são unidades de tratamento intensivo para os portadores de distúrbios mentais. Nos CAP existem equipes formadas por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, clínicos gerais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e técnicos de enfermagem, artesãos, monitores e pessoal de apoio. Esses centros enfatizam a liberdade, a autonomia, a emancipação e o direito de expressão da pessoa portadora de doença mental, bem como estimulam a participação da família no tratamento do doente.

Entretanto, essas experiências ainda são raras em nosso país. Até por isto, a luta pela melhoria da atenção em saúde mental é uma das bandeiras do SUS, responsável pela quase totalidade do tratamento psiquiátrico no Brasil.

Os doentes mentais sofrem de uma doença e merecem ser tratados, ouvidos e respeitados, afinal, como todo mundo, eles têm limitações e capacidades específicas. Devemos estar bem conscientes de que, quando tratados de maneira correta, os portadores de doença mental vivem com dignidade, contribuem e participam da sociedade como qualquer outro cidadão.